

ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero fazer o registro das seguintes presenças nesta Casa: Giovanni Tonet, vereador de Massaranduba; professor Gustavo Ritter, empresário Luciano Mosca e Mauri Prusseck, que fazem parte de uma comitiva deste município.

Quero cumprimentar também as pessoas que estão aqui em função das suas reivindicações, acompanhando os projetos em tramitação, os agentes de trânsito. Sintam-se a vontade nesta casa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, gostaria de dar as boas-vindas de forma especial aos nossos agentes de trânsito do estado de Santa Catarina. São várias regiões aqui representadas e estivemos conversando com eles nesta manhã sobre o projeto que tramita nesta Casa buscando uniformizar a ação das Guardas Municipais nos diferentes municípios.

Santa Catarina tem sido modelo, se não estou equivocado, inclusive Blumenau foi a primeira Guarda Municipal do país. Por isso queremos dizer aos agentes de trânsito que são todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Da mesma forma, esta Presidência saúda todos os agentes de trânsito que estão nesta Casa no dia de hoje.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa! Temos representantes dos municípios de Lages, Criciúma, Blumenau, Indaial, Gaspar, Balneário Camboriú, Itajaí, Joinville, Chapecó, Imbituba, São Bento e Itapema.

Passaremos às Breves comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, todos os presentes, minha saudação também especial aos componentes das Guardas Municipais de todos os municípios que estão presentes. Gostaria de dizer que tive a felicidade de, por 31 anos, militar na Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e ter sido, inclusive, chefe de Polícia do Estado.

Tenho sido defensor nesta Assembleia Legislativa da regulamentação e do fortalecimento das Guardas Municipais e dos próprios agentes de trânsito. Inclusive com a possibilidade e com o treinamento, que deve ser permanente e necessário

para a valorização dos agentes e permissão do porte de armas. É uma força complementar da Segurança Pública do estado e do país. Eu entendo que é muito importante as Guardas Municipais receberem formação nas academias, seja na Polícia Civil ou Militar, para que todo agente que represente a segurança pública esteja devidamente preparado, qualificado e em condições de ter a sua arma, não para a atuação no seu dia a dia, assim como não o é para qualquer policial, qualquer agente da segurança, a arma é para um caso extremo. E o agente está ali e é visto pelo cidadão como mais um agente de segurança, portanto, se houver um fato criminoso e o agente da Guarda Municipal se omitir de agir, com certeza, a sociedade vai transformá-lo num vilão.

Então, o agente tem que ter a noção de que o cidadão vê neles um homem, uma mulher da segurança pública do país, que tem uma conduta, vamos dizer assim, de fiscalização, diferente do cidadão comum.

Caso o cidadão comum, no dia a dia, cometa alguma infração, alguma irregularidade, é apenas um cidadão; mas se for um agente de trânsito, um agente da segurança, a situação é completamente diferente. Vocês são motivos de exemplo e de segurança.

Eu vejo que a regulamentação é importante, principalmente na questão da hierarquia, da formação, do tratamento, da uniformização, porque se você sai de um município do estado para outro e lá encontra um agente, você sabe se ele é da Guarda Municipal, porque cada um tem um uniforme de uma cor, um uniforme diferente.

Então, os municípios que adotam a Guarda Municipal - e acho muito importante e todos deveriam adotar -, devem, sim, utilizar uma padronização estabelecida em legislação federal ou estadual, porque até o tratamento, o uniforme, tem que ser idêntico em todo o estado de Santa Catarina e até em todo o Brasil.

O cidadão quando viaja por qualquer cidade, ao avistar um agente de trânsito, vai saber identificá-lo.

Por isso, somos favoráveis à tramitação desses projetos e, no que for possível, estaremos trabalhando com todos os deputados, porque há uma uniformidade de pensamento nesse sentido para regulamentação das Guardas Municipais.

As Guardas Municipais não são tão antigas, deputado Ismael dos Santos, mas a mobilização partiu dos agentes de trânsito, quando deveria partir dos governos a iniciativa de regulamentar e regularizar essa situação.

O movimento pioneiro dos agentes que estão presentes nesta sessão, hoje, vai refletir no futuro das Guardas Municipais, que serão mais fortes e mais respeitadas, tendo também condição de respeito por parte de todos os segmentos da segurança. Eu os parableno pelo movimento e, tenho certeza, poderão contar com o apoio de toda a Assembleia Legislativa na tramitação do projeto e na regulamentação dessa situação.

Sr. presidente, outro assunto que preparei para abordar na tarde de hoje diz respeito à questão que estava preocupando todos os deputados, inclusive tivemos várias manifestações, nesta Casa, sobre uma instrução normativa da Receita Federal exigindo a escrituração contábil digital, deputado Serafim Venzon, de todas as entidades, inclusive as denominadas pela Receita Federal como imunes ou isentas. O que seria isso? Isso afeta diretamente as entidades sem fins lucrativos como clube de mães, clube de idosos etc, que teriam, a partir de agora, que fazer a escrituração contábil digital.

Então, através de uma primeira normativa a União fez essa exigência, e nós entendemos que tem que haver controle em nível federal, mas as instituições que não tiverem recebimento de recursos maiores, recursos oficiais, não têm que ter essa obrigação. E para fazer a escrituração, eu não sou da área, mas o escritório de contabilidade vai cobrar, no mínimo, meio salário mínimo, e aí os clubes de mães, os clubes de idosos, sociedades beneficentes, que fazem eventos para conseguir atender as suas necessidades, vão ter que gastar com a escrituração como determina a

normativa, até com livro diário, livro razão, balancetes, fichas de lançamento, enfim, tudo isso. E essa normativa estendia, no item III, do art. 3º também para as pessoas jurídicas, imunes e isentas.

E houve uma indignação geral, deputado Neodi Saretta, em nível, acredito, de Brasil, mas em Santa Catarina esta Casa fez várias manifestações, encaminhamos expediente aos órgãos federais e, na sexta-feira, a Receita Federal corrigiu essa anomalia dizendo àquelas entidades que não há exigência e não estão sujeitas a registro nas juntas comerciais, ou seja, as entidades filantrópicas estão isentas de ter que se adaptarem à escrituração contábil digital, como a Receita Federal havia determinado.

Então, vemos que é mais um movimento da sociedade vindo a atender as demandas que são necessárias. E essa nova normativa vem a beneficiar todos os clubes de mães, idosos, associações e entidades sem fins lucrativos.

Quero deixar aqui o nosso registro também a essa mudança ocorrida por parte da Receita Federal que atende o pleito da comunidade catarinense como um todo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Sarreta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, já que não vejo as sras. deputadas, estimados assistentes, quero trazer, nesta tribuna, na tarde de hoje, a preocupação e o grito de socorro da avicultura catarinense, mais especificamente dos avicultores catarinenses que atravessam um momento de extrema dificuldade.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina é responsável, atualmente, por 17.63% do total de abate de frangos de corte e 28.3% do valor exportado do Brasil. O número de abate de frango em Santa Catarina foi de 886.000 cabeças em 2012, ficando atrás apenas do Paraná.

Com um efetivo de rebanho de corte de frango de aproximadamente 156 milhões de cabeças, Santa Catarina tem como destaque as regiões oeste e sul, cada uma com, respectivamente, cerca de 99 milhões de cabeças e 20 milhões de cabeças.

No período de 2007 e 2012, o Brasil teve um aumento de 23% na produção e 24% na exportação. Durante o mesmo período, o estado teve um crescimento de 10% na produção e 14% na exportação.

Já em 2014, a avicultura catarinense cresce 4.8% no primeiro semestre de 2014, contra 1% da média nacional. O abate mensal é de 150 milhões de cabeças.

Os dados são extremamente positivos para a indústria. No entanto, não se pode dizer o mesmo para o avicultor, para o pequeno produtor que não tem visto retorno na atividade.

Nesta quarta-feira, amanhã, haverá uma nova reunião, já ocorreram algumas rodadas de negociação entre produtores de aves e também de suínos, e entre a empresa BRF, na Câmara de Vereadores de Concórdia. No encontro estarão presentes representantes de federações, de sindicatos, além de autoridades ligadas a esse setor.

Esta negociação que envolve os avicultores e suinocultores integrados da BRF irá tratar da remuneração, no caso específico, dos avicultores, que não tem cobrido os custos de produção. Os avicultores buscam, de forma justa e merecida, um reajuste real e maior comprometimento por parte dos frigoríficos.

Segundo dados da Embrapa, para os aviários com a tecnologia chamada de 'Dark House' (casa escura em inglês), que permite reduzir o tempo de abate, custos com mão de obra, alimentação, além de influenciar na engorda (mais rápida) e sem desperdícios, o custo de produção é de R\$ 0,45. Já nos aviários com climatização positiva é de R\$ 0,66 e, nos aviários convencionais, R\$ 0,67. Sendo que o custo de produção para a empresa é de R\$ 4,90 por ave. (fonte: EMBRAPA).

A média de pagamento da BRF é de R\$ 0,46 por ave, bem longe do custo de produção. No entanto, o problema é que são muitos os produtores recebendo apenas R\$ 0,20 por ave, o que é bem abaixo do custo de produção. Ou seja, o produtor não está recebendo R\$ 0,46, mas sim, algo bem abaixo disso."

Então, esses são alguns dados que estamos apresentando. Falamos também com representantes dos avicultores que estarão nessa reunião lá no oeste, mas a situação também é igual no sul do estado.

Depois de muitos protestos e ameaças de greve a situação parece ter serenado um pouco. No entanto, no próximo sábado, dia 15, os produtores voltam a se reunir em Nova Veneza para tratar do assunto. A situação, portanto, é preocupante em todas as regiões do estado e nós também queremos repercutir aqui na Assembleia Legislativa fazendo um apelo para que as agroindústrias possam olhar para os produtores.

Estamos acompanhando as notícias que estão saindo na imprensa em relação aos balanços dessas empresas no terceiro semestre desse ano e a BRF teve lucro líquido de R\$ 624 milhões, 117%, acima de igual intervalo em 2013.

Já no caso da JBS, as expectativas positivas ganham força após divulgação de outros balanços de que vão crescer.

Então, a situação das empresas é boa. Que bom que elas tenham crescido e contribuído fartamente com algumas campanhas de política, mas, infelizmente, os produtores estão passando necessidades e precisam melhorar os preços.

Então, deixamos esse apelo registrado e esse grito de socorro nessas reuniões, o grito de socorro da avicultura para que os frigoríficos, as agroindústrias possam pagar um preço mais justo aos avicultores.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Gostaria de fazer um aparte nesse apelo que o deputado Neodi Saretta mencionou da questão dos avicultores aqui no estado de Santa Catarina, pois se trata de uma situação preocupante, mas vou me pronunciar sobre esse tema em outra oportunidade, sr. presidente.

Mas não poderia deixar de registrar a presença do presidente do Sindicato dos Guardas de Trânsito, o sr. Silvio, da minha cidade, Blumenau, e o faço em nome do Jonas, que esteve ainda há pouco conversando conosco sobre sua preocupação a respeito de um projeto que tramita nesta Casa, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que está na comissão de Constituição e Justiça, e que vamos deliberar prontamente nos próximos dias, acredito, porque o ano está acabando e precisamos dar uma resposta a essa categoria tão importante, que faz um belíssimo trabalho em vários municípios do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, nossa saudação muito especial a todos que estão nas galerias da Casa, representantes de Câmaras de Vereadores, srs. vereadores, representantes do Poder Executivo. Uma saudação carinhosa aos nossos agentes de trânsito que vêm trazer essas justas reivindicações.

Sem dúvida nenhuma, terão o apoio de toda esta Casa.

A maioria dos municípios aderiu aos agentes de trânsito e, com isso, liberam os policiais militares para fazer aquela atividade que lhes é mais específica, que não incide cuidar de trânsito. Então, contem com o nosso apoio.

Mas eu queria também fazer uma saudação muito especial ao Padre Vilson Groh e a dona Alice Kuerten, que estão realizando aqui na Assembleia Legislativa, nas dependências dessa Casa, o RACDCA, que é a Rede de Articulação de Conectividade dos Direitos da Criança e Adolescente.

Ou seja, é um relatório, um trabalho, evidenciando que precisamos fazer acontecer uma interação entre o Poder Público, sociedade e entidades que se dispõem a ajudar, no sentido de tentar, e vamos conseguir mudar essa nossa realidade. Essa realidade de crianças e adolescentes em número exageradamente alto, digamos assim, meio que abandonados à própria sorte, em casa, enquanto pai e mãe trabalham para melhorar a renda familiar. Com isso, essas crianças, esses jovens, ficando a sós, muitas vezes são compelidos a seguir algumas companhias e aprender alguma coisa que não é o mais correto.

Então, essa mudança de atitude que precisamos ter necessita do apoio de muita gente e, naturalmente, quem é do Poder Público tem uma maior responsabilidade. Eu tenho certeza de que o Padre Vilson, a dona Alice e os presidentes de entidades estão mostrando que é possível mudar essa nossa realidade, mas para isso precisamos causar uma transformação nas pessoas.

Vejo que os jornais de ontem, de hoje, estão noticiando que de 2012 para 2013 e, certamente agora para 2014, os gastos com segurança aumentaram 500%, ou seja, aumentou cinco vezes. As pessoas, com medo, investem, gastam o dinheiro, aquilo que a Segurança, que o Poder Público deveria dar e que não consegue, e cada um faz um pouco. O governo também tenta melhorar, mas o incremento dos gastos com segurança multiplicou por cinco e nós não tivemos uma redução significativa da criminalidade, pois 2.800 pessoas foram assassinadas no Brasil no ano passado.

Li no jornal *A Notícia* que só em Joinville já morreram 83% a mais e a expectativa é que vai superar esse percentual até o final do ano. Ou seja, número de mortes, assassinatos.

Então, estamos assistindo a um aumento da criminalidade e, ao mesmo tempo, um abandono da criança e do adolescente. As cidades se estruturam para ter ruas e casas somente, e não existe uma área comum para as crianças brincarem sob a orientação de alguém que vai olhar, cuidar, como um professor de Educação Física, por exemplo.

Ao mesmo tempo em que vemos a criminalidade aumentando, vejo inúmeras pessoas como o padre Vilson Groh tentando mudar essa realidade, mas não se vê nada no orçamento do estado! Nada! Nem nos municípios, na União ou em nível federal.

Já em 2000 tramitava uma PEC - Projeto de Emenda à Constituição -, que visa obrigar o governo a investir de 3% a 5%, de acordo com as avaliações, do que se arrecada para a área social, como, por exemplo, o FIA - Fundo da Infância e Adolescência -, que é constituído com o dinheiro do Imposto de Renda, quando as pessoas pagam o imposto de renda 94% são destinados ao governo e 6% para o FIA.

No ano passado, de tanto eu fazer propaganda do FIA aqui e em vários lugares do estado afora, e sendo uma pessoa, não tanto quanto o padre Vilson Groh, mas conhecedor dessa realidade e também persistente em tentar transformá-la, no mês de dezembro, vi o quanto deveria pagar e cheguei à conclusão de que se eu doasse R\$ 7 mil para o FIA, na verdade, não estava doando nada, estava só adiantando o dinheiro do imposto que iria pagar alguns meses depois, e assim procedi e pensei: para não colocar tudo numa cidade só, resolvi destinar um pouquinho para Brusque, Criciúma e Chapecó, ou seja, nos lugares em que fui fazer propaganda do FIA, e vocês não acreditam, eu não consegui depositar.

Para conseguir fazer o depósito tem que chamar o gerente do banco, ligar para a prefeitura e falar com o prefeito para pegar uma liberação. Apesar de fazer a propaganda que bastava ir ao banco e fazer o depósito, mas não é! É mentira! Não é aquilo que falamos. Não é assim! Sabem por quê? Porque a Fazenda Nacional não quer que faça isso. Não quer que as pessoas depositem no FIA -

Fundo da Infância e Adolescência - porque senão, aquele dinheiro não chega lá para fazer a devida destinação.

O governo poderia ajudar as instituições, dar dinheiro a entidades para melhorar um pouco esta realidade por meio do esporte, da cultura, do lazer, da música, do bordado, enfim, uma porção de coisas que as entidades se dispõem a fazer, mas precisa de dinheiro para isso! Precisa comprar linha para fazer o bordado! Precisa comprar o violino ou o violão para ensaiar a música! O uniforme para as crianças! Isso consome dinheiro!

Então, quando fui fazer o depósito - e tive que teimar muito para conseguir -, cheguei à conclusão de que se o governo quisesse destinar dinheiro para essas entidades, para o Fundo da Infância e da Adolescência, não precisava fazer esse castigo, bastava pegar daquele dinheiro que todo o contribuinte é obrigado a pagar, não tem como escapar, nem as empresas nem as pessoas, e se alguém não pagar é por ineficiência da fiscalização, aliás, o imposto de renda fiscaliza muito bem,

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PT.

Com a palavra, o sr. deputado padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de aproveitar o espaço do Partido dos Trabalhadores, nesta tarde, com a permissão da nossa bancada, para trazer aqui algumas informações sobre o Programa Mais Médicos, que a nossa presidenta tem instituído no nosso país e que atendeu 100 dos municípios brasileiros.

Então, é um programa que tem um alcance extraordinário e estratégico, porque ele cuida da vida das pessoas. E quando falamos de políticas públicas que tratam e cuidam da vida, não tenho

dúvida nenhuma, essa é a mais importante que temos. É um programa criado em julho de 2013 que atendeu 100% da demanda apontada pelas prefeituras em nível nacional. Ele tem disponibilizado ao todo 14.462 mil profissionais para o atendimento de 3.785 mil municípios da federação e mais 34 indígenas. Desta forma, tem expandindo o atendimento em saúde em torno de 50 milhões de brasileiros.

Portanto, trata-se de um programa essencial para a população, que de uma forma ampla, estava sendo desatendida em nível de país ou pouco atendida. Vejam que em Santa Catarina o Programa Mais Médicos resultou em um aumento de 38.8% no total das consultas da rede básica da saúde. Um percentual extremamente elevado de quase 40%. Foram 409 mil em 2014. Enquanto que antes eram atendidos 295 mil em 2013. Aí é que resulta esse percentual de atendimento.

É nesse sentido que o estado passou a contar com mais 448 profissionais em 199 municípios, incluindo aí uma aldeia indígena, que foi atendida pelo programa. No total, 1.500 milhões passaram a ser atendidas na Rede Básica de Saúde, por médicos que fazem parte do Programa Mais Médicos.

O terceiro eixo do programa são as medidas relativas à expansão e à reestruturação da formação médica no Brasil. Prevê a criação até 2017 de 11.500 novas vagas de graduação em Medicina e 12.400 de residência médica. É claro que terá um foco voltado para atenção básica e outras áreas prioritárias do Sistema Único de Saúde.

Portanto, trata-se de uma perspectiva positiva que está relacionada à qualificação, à formação de profissionais para que possamos melhorar ainda mais o atendimento de saúde no estado e no país. Com relação à residência, um total de 2.822 novas vagas já foi criado. E a abertura de novos cursos e vagas de graduação leva em conta a necessidade da população e a infraestrutura de serviços.

Com isso, faz-se necessário que surjam mais faculdades em localidades com escassez de profissionais, como ocorre no norte e nordeste do

país, e nas cidades de interior de todas as regiões brasileiras.

Neste sentido é importante aqui dizer que para os próximos dez anos, o próprio Plano Nacional de Educação prevê dobrar o número de vagas para o ensino superior. Então, com toda certeza teremos a inclusão de cursos voltados para a qualificação e a profissionalização de médicos para atuarem nesse campo.

Pesquisas confirmam que as pessoas que usaram o Programa Mais Médicos - e esse é um dado interessante -, principalmente nas periferias dos grandes centros e das grandes cidades, na floresta Amazônica e no sertão nordestino, estão muito satisfeitas. Isso quer dizer que elas aprovaram o Programa Mais Médicos, o atendimento efetuado e realizado pelos médicos que foram contemplados pelo Programa neste País.

Para a seleção das 39 cidades que irão receber os cursos, o Ministério da Educação levou em conta a necessidade social, que está intimamente relacionada à dignidade, à qualidade de vida das pessoas e realidade social, bem como a estrutura da rede de saúde para a realização das atividades práticas e a capacidade para a abertura de Programas de Residência Médica.

Portanto, esses municípios todos que passaram pela avaliação de uma comissão de especialistas estão exatamente nas regiões metropolitanas e no interior desses nossos centros e nenhum deles está na capital, esse é um dado importante e mostram que as pessoas estão numa relação aquém de muitas que residem e moram nos grandes centros urbanos e que têm melhores condições para ter acesso a médicos.

Então, parece-me que este é um dado também extremamente importante. É importante às pessoas que tem mais dificuldade, terem acesso à própria medicina. Esse é um olhar diferenciado, pois o estado tem que estar a serviço daqueles e daquelas que mais precisam. Aqueles que não precisam não há necessidade do aparato do estado, o estado tem que estar a serviço daqueles que menos tem e que menos condições que possuem.

Portanto, aqui, mais uma vez, quero enaltecer esse grande e importante programa do nosso governo federal. Programa Mais Médicos que teve sucesso e continua tendo grande sucesso neste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Para efeito de conhecimento dos nossos telespectadores da TVAL e das pessoas que estão presentes aqui, como se dão os trabalhos da Assembleia Legislativa no horário regimental, farei um breve relato.

Às 14h os deputados se inscrevem para as Breves Comunicações que vai das 14h até às 15h e, de acordo com a inscrição, o deputado ocupa a tribuna abordando assunto que melhor lhe convém, aquilo que ele acha interessante; das 15h até às 16h, temos o horário destinado aos Partidos Político, quando cada partido político, de acordo com a sua bancada, tem o tempo a sua disposição, sendo que a bancada maior tem mais tempo e a menor, menos. Depois, finalmente, entramos na Ordem do Dia, quando são discutidos e votados os projetos, as resoluções, os requerimentos, etc. Terminada a Ordem do Dia, imediatamente, entramos na Explicação Pessoal, quando os deputados também se inscrevem e, de acordo com a inscrição, utilizam a tribuna por até dez minutos para falar sobre o assunto que acharem mais interessante. E assim nós temos os trabalhos regimentais da Casa que ocorrem: terças-feiras e quartas-feiras, à tarde; e quintas-feiras, pela manhã.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PPS, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSOL, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Com a desistência de representantes do PP, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital.

Sr. presidente, desejo neste horário do meu partido, deputado Maurício Eskudlark, com a sua permissão, falar a respeito dos agentes de trânsito de Santa Catarina.

Primeiramente, queremos dar as boas-vindas aos agentes de trânsito do nosso estado que se fazem presentes em grande número, nesta tarde, deputado Moacir Sopelsa.

Alguns vieram do oeste, do extremo oeste, do sul, do norte, enfim, e estão todos aqui para visitar o Parlamento Catarinense, com expectativa e esperança de que possamos dar celeridade à aprovação do Projeto de Lei de minha autoria n. 271/2014.

Esse projeto, deputado Valmir Comin, dispõe sobre o exercício da atividade de agente de trânsito e a criação do fundo de aperfeiçoamento dos profissionais de trânsito no estado de Santa Catarina.

Muito bem! Há poucos meses o Congresso Nacional, sr. presidente, no dia 16 de julho deste ano aprovou a Emenda Constitucional n. 82, que dá a possibilidade legal e efetiva dos estados regulamentarem a profissão dos agentes de trânsito, a exemplo do que aconteceu sr. presidente, nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Por que a regulamentação é importante? Porque com a regulamentação da profissão os agentes de trânsito, as prefeituras, poderão aprovar a carreira dos profissionais nos municípios do nosso estado. E por que é importante a carreira? A carreira é importante para motivar os

profissionais, para dar condições de ascensão aos profissionais da carreira pública. E todos nós sabemos, sr. presidente, da importância que dos agentes de trânsito para Santa Catarina e para o Brasil.

Nós temos aqui a presença do Silva, que preside o Sindicato dos Agentes de Trânsito - e eu tive o prazer de ajudar na criação dessa instituição.

Os agentes de Santa Catarina estão extremamente organizados, conscientes e motivados, tanto é que hoje estão aqui para visitar o Parlamento e ressaltar a importância do projeto, da regulamentação da profissão e pedir apoio aos parlamentares. E estão fazendo essa atividade durante todo o dia, deputados Ismael dos Santos e Maurício Eskudlark.

Também o pessoal de Blumenau, deputado Ismael dos Santos, da sua terra, sua cidade.

Qual é a importância dos agentes de trânsito? Muita importância.

Nós sabemos, deputado Maurício Eskudlark, que no Brasil vivenciamos um verdadeiro genocídio em acidentes de trânsito. São aproximadamente 40 mil pessoas que perdem suas vidas no trânsito do Brasil, fora aquelas que ficam mutiladas.

Uma parte desses acidentes, sem dúvida alguma, acontece devido à imprudência, ao uso do álcool no volante, mas uma parte ocorre devido à falta de mobilidade urbana e por carência da humanização do trânsito, que é a tarefa dos agentes de trânsito: a educação no trânsito, orientação, humanização do nosso trânsito tão difícil, tão congestionado dos nossos municípios e das nossas cidades.

Portanto, o trabalho dos agentes visa melhorar a vida das pessoas, traz mais qualidade de vida, sobretudo, aos motoristas. E é um trabalho que salva vidas, que protege as pessoas.

Por isso, os agentes merecem o nosso respeito e o nosso apoio, e não tenho dúvida nenhuma de que haveremos, muito em breve, de aprovar esse projeto de lei e regulamentar a profissão de agente de trânsito no estado de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Agradeço, deputado Darci de Matos. Hoje fui o primeiro deputado a usar a tribuna e falei sobre a importância da valorização e da regulamentação dos guardas municipais e dos agentes de trânsito. Inclusive, deputado Darci de Matos, com o treinamento que já possuem grande parte desses guardas municipais e agentes de trânsito, pois já tiveram a sua formação nas academias da Polícia Militar e da Polícia Civil com o devido tratamento e direito ao porte de arma, porque o cidadão vê nessas categorias um agente da segurança pública.

Por isso, é importante enfatizar também essa responsabilidade. Esses profissionais representam uma instituição e fazem a segurança do cidadão, por isso, devem ser respeitados e valorizados.

Deputado Darci de Matos, falei também sobre a uniformização, pois acho que em todos os municípios a cor do uniforme do agente de trânsito e do guarda municipal devem ser idênticas para quando o cidadão de Joinville chegar a Criciúma, por exemplo, deparar-se com um agente de trânsito e identificá-lo de imediato.

Então, essa regulamentação já deveria ter ocorrido e estamos acompanhando esse projeto tão importante de v.exa. para que, efetivamente, seja aprovado em Santa Catarina. Então, compartilho das palavras do nobre deputado Darci de Matos, somos favoráveis, estamos junto com v.exa. e com todos os agentes nessa caminhada pela regulamentação e valorização do agente de trânsito e do guarda municipal.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sem dúvida alguma, deputado Maurício Eskudlark, a sua opinião, o seu apoio favorável a esse projeto de lei, reveste-se de muita importância, visto que v.exa. é delegado de Polícia de carreira do estado e tem amplo e profundo conhecimento das questões relacionadas à segurança pública e ao trânsito no

nosso estado. Portanto, agradecemos a sua intervenção favorável à aprovação desse projeto.

Só para concluir minhas palavras, sr. presidente, temos um sindicato organizado, que trata das questões corporativas do agente de trânsito, da política do trânsito profissional no dia a dia dos associados. São 600 agentes de trânsito em Santa Catarina, distribuídos em 20 municípios, sendo que a proposta do sindicato é que antes de iniciar as suas atividades os novos agentes de trânsito façam um curso de formação, com qualificação teórica de 300h e prática de 100 h. É claro que precisamos de um trabalho excelente, qualificado, para que possamos, efetivamente, melhorar e humanizar o nosso trânsito.

E também, segundo sugestão do sindicato, faz-se necessária a padronização do agente de trânsito em Santa Catarina - e foi o que o deputado Maurício Eskudlark acabou de colocar no aparte. O agente de trânsito precisa ser reconhecido em todo o estado e por todos nós.

Portanto, entendemos que a concessão de proteção e garantias mínimas a esses profissionais é uma necessidade que não pode ser mais protelada pelo Parlamento Catarinense, precisamos criar uma política de valorização efetiva e clara do agente de trânsito em Santa Catarina.

Portanto, srs. deputados e sras. deputadas, tenho certeza de que a presença de vocês neste plenário e nesta sessão reverte-se da maior importância, e com certeza haverá de ajudar na sensibilização dos parlamentares, para que possamos dar celeridade e rapidez à aprovação do projeto de lei que regulamenta a profissão do agente em Santa Catarina.

Sejam bem-vindos, que tenham um bom retorno, muito obrigado pelo trabalho e parabéns pelo trabalho de humanização do trânsito de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência gostaria de informar as lideranças de que há sobre a mesa um pedido de suspensão regimental, para que fosse realizado aqui o sorteio das jovens que integrarão o Parlamento Jovem na próxima legislatura.

Eu gostaria, então, com o acordo dos parlamentares, de suspender a sessão até as 16h, para fazermos o sorteio do próximo Parlamento Jovem.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - (Faz soar a campainha.) Estão reaberto os trabalhos.

Queremos convocar todos os deputados que estão nos gabinetes para que compareçam ao plenário porque temos um número bastante expressivo de vetos a serem apreciados e precisamos de quórum qualificado.

O Sr. Deputado Aldo Scheneider - pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem o sr. deputado Aldo Scheneider.

O Sr. Deputado Aldo Scheneider - Sr. presidente, não nos tornando redundante em relação ao seu apelo, mas houve um acordo entre todos os líderes e todos os partidos, entre todos os srs. deputados e sras. deputadas, para que nesta terça-feira, pelo menos, tentássemos votar e a lista de vetos que temos.

Então, apelo a todos os srs. deputados e sras. deputadas que venham ao plenário para que possamos deliberar e concluir esse trabalho dos vetos.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Se houver concordância das lideranças, podemos fazer uma inversão da pauta até que os srs. deputados se desloquem ao plenário.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0281/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 14.398, de 2008, que declara de utilidade pública a Associação dos Corredores de Rua de Joinville (Corville).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0019/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui o dia 6 de dezembro como o Dia de Mobilização Estadual dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de lei n. 0076/2014, de autoria do deputado Dado Cherem, que veda a formalização de contratos públicos entre órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Estadual com empresas que utilizem trabalho análogo ao de escravo na produção de bens e serviços.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0238/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre normas de segurança, fiscalização e a manutenção de equipamentos de lazer em parques de diversões, "playgrounds", parques infantis e praças, instalados em espaços públicos e em "buffets" infantis e estabelecimentos particulares similares que explorem atividades recreativas, no âmbito do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o autor do projeto, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a permissão de v.exa. rapidamente preciso fazer uma observação sobre esse projeto.

Deputado Nilson Gonçalves, lembra bem que tivemos um acidente fatal envolvendo uma criança em Joinville, num parquinho infantil, no Centro de Educação Infantil Municipal, e foi realmente uma grande tragédia que aconteceu na nossa cidade.

Portanto, sabemos que apesar do fundamento legal o projeto também tem muito mérito porque muitas crianças do nosso estado utilizam equipamentos públicos como parques infantis etc, e a fiscalização, a manutenção desses equipamentos é de fundamental importância para evitarmos a tragédia que aconteceu no município de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0287/2013, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que altera a Lei n° 13.325, de 2005, que dispõe sobre a comercialização de produtos combustíveis ao consumidor final.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Ainda não temos quórum qualificado. Por gentileza, mais uma vez, conclamamos aos srs. parlamentares que compareçam ao plenário.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes Requerimentos: 813, de autoria do deputado Marcos Vieira; 814 e 815 de autoria de deputado Kennedy Nunes; 816, de autoria do deputado Moacir Sopelsa e 817, de autoria do deputado Reno Caramori.

Infelizmente não temos quorum qualificado para deliberar sobre os vetos. Então, esta pauta está transferida para a sessão ordinária de amanhã, quarta-feira.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às

19h, em comemoração ao centenário da posse de Dom Joaquim Domingues de Oliveira e centenário de nascimento de Dom Afonso Niehues.

Está encerrada a sessão.